



INTERVENÇÃO

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

**AUDIÇÃO NO ÂMBITO DA TEMÁTICA "AVALIAÇÃO DO
ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E EXTERNO"**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA**

11 DE JULHO DE 2018

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Muito se tem dito e escrito sobre a evolução da dívida pública nos últimos dias. Gostava de começar por transmitir uma mensagem de tranquilidade: a dívida da República Portuguesa é sustentável e o rácio dívida/PIB vai continuar a cair este ano.



INTERVENÇÃO

Portugal tem condições de pagar a sua dívida. Mas, para isso, tem de manter uma política orçamental rigorosa e responsável ao longo dos próximos anos, como tem acontecido desde o início do mandato deste Governo.

Em 2017 assistiu-se à maior redução da dívida em 19 anos. A dívida pública desceu de 130,5% do PIB para 125,7%. Esta redução é assinalável e não pode ser ignorada! Este ano, a meta é baixar o rácio para 122,2%, um objetivo que assumimos cumprir.

A redução do peso da dívida pública é hoje uma realidade reconhecida pelos investidores e pelas agências de rating. Este ano, a taxa de juro a 10 anos já caiu cerca de 15 pontos base, depois de no ano passado ter descido 190 pontos base.

Em 2018 atingiu-se o custo da dívida emitida mais baixo de sempre (2%) com uma maturidade média de cerca de 11 anos. Isto significa que estamos a emitir dívida com um custo menor e simultaneamente com uma maturidade adequada.



INTERVENÇÃO

Os diferenciais de taxas entre Portugal e a Alemanha, Espanha e Itália também baixaram acentuadamente. Estamos a falar em mais de 200 pontos base face à Alemanha e a Espanha e quase 300 pontos base face a Itália.

As agências Standard & Poor's e Fitch aumentaram a notação para o grau de investimento. A Fitch subiu mesmo dois níveis de uma só vez, uma decisão inédita desde que a dívida portuguesa é avaliada. A DBRS subiu mais um nível e temos a expectativa que, em outubro, a Moody's reveja também em alta a sua notação de risco de crédito de Portugal.

A política do Governo tem sido baseada numa gestão prudente da dívida pública, mantendo uma almofada de liquidez suficiente para, em períodos de turbulência, cumprirmos todas as nossas obrigações, internas e externas.



INTERVENÇÃO

Por isso, desde que este Governo tomou posse, foram ainda pagos antecipadamente cerca de 15 mil milhões de euros ao FMI. 83% do empréstimo está hoje já pago. Com os pagamentos antecipados feitos por este Governo, poupou-se mais de 850 milhões de euros em juros.

Quase 80% das necessidades de financiamento do Estado deste ano estão cobertas e estamos a diversificar a base de investidores. Por exemplo, a emissão de Panda Bonds está já em fase de finalização e estamos a olhar com atenção para o mercado dos Green Bonds.

A dívida da República tem merecido também a confiança das famílias portuguesas e atraído as suas poupanças. O retalho tem um peso atualmente de 11% na dívida direta do Estado. Lançámos recentemente uma nova emissão de OTRV e os Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro continuam a ter uma forte adesão dos portugueses.



INTERVENÇÃO

Uma nota também para o esforço das famílias e das empresas privadas na redução do endividamento externo: pelo quinto ano consecutivo, em 2017, famílias e empresas corrigiram o respetivo endividamento para o nível mais baixo em dez anos.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A dívida pública gere-se numa perspetiva de longo prazo e deve ser sustentável em condições que penalizem menos as famílias e as empresas portuguesas.

Cabe ao Governo, dentro dos instrumentos de que dispõe, assegurar políticas financeiras que promovam o crescimento económico equilibrado e que sejam percebidas como credíveis por todos os que financiam o Estado.

A receita fiscal aumentou mas não por causa de um enorme aumento de impostos. Aumentou porque há mais rendimento na economia,



INTERVENÇÃO

porque se criou emprego, porque as empresas voltaram a dar lucro, porque as famílias consomem bens e serviços que são produzidos por empresas que criam emprego e riqueza.

A redução do défice só foi possível através de um controlo rigoroso da despesa pública. Só com esse rigor foi possível repor salários e pensões, contratar professores, enfermeiros e médicos e ao mesmo tempo assegurar um controlo da despesa que permitiu a Portugal sair do Procedimento por Défice Excessivo.

Um crescimento equilibrado implica um sistema financeiro saudável. É fundamental fazer chegar financiamento àqueles que não estão sobre endividados e às empresas saudáveis com bons projetos e que se querem internacionalizar, que criam emprego, que geram riqueza.



INTERVENÇÃO

Implementámos e continuamos a implementar um programa de revisão da despesa pública rigoroso. Não insistimos nos cortes de despesa transversais, e sem avaliação de impacto, que, mais do que poupar, conduziram muitos setores da Administração Pública a um estado de fraqueza.

Há dificuldades em alguns setores, estamos conscientes disso, mas temos tido o cuidado de decidir onde e como poupamos, com a preocupação de assegurar serviços eficientes nas áreas que mais afetam a vida dos cidadãos e o futuro de Portugal. Por isso, temos investido na Saúde e na Educação de uma forma muito clara e efetiva.

Esta é a estratégia correta para assegurar a sustentabilidade da dívida pública. Se mantivermos uma política financeira responsável, como temos feito nos últimos anos, a nossa dívida estará abaixo de 100% do PIB em 2025.



INTERVENÇÃO

A confiança conquistada junto dos investidores abriu novos mercados e permite, agora, reduzir os custos de financiamento do Estado, reduzindo também os custos de financiamento para os bancos e, por essa via, para as famílias e empresas.

Mas há riscos. Os próximos anos continuarão a ser marcados por desafios ao nível da conjuntura internacional que trazem também novos desafios à Europa e, claro, a Portugal. E por isso temos que ser prudentes e saber preparar o país para eventuais mudanças na conjuntura, sem nunca colocar em causa a sua sustentabilidade.

A saída do Reino Unido da União Europeia, a ascensão de movimentos populistas, o aumento do protecionismo económico e das tensões geopolíticas são exemplos de situações que podem afetar muito significativamente o crescimento mundial e os níveis de confiança.



INTERVENÇÃO

A médio e longo prazo, o fenómeno do envelhecimento coloca riscos orçamentais significativos, com mais despesa em pensões e cuidados de saúde e menos trabalhadores que geram riqueza para fazer face a esse aumento das despesas.

Para dar resposta a estes riscos, temos que manter uma política financeira responsável e reforçar as condições para o crescimento da economia portuguesa. Este é um caminho que se iniciou e é essa a rota que o Governo vai manter.

Muito obrigado.